

PARÓQUIAS REVITALIZADAS À LUZ DE APARECIDA

Subsídio para buscar a revitalização das paróquias do Regional Leste 2
Minas Gerais e Espírito Santo

Pe. Manoel José de Godoy (Org.)
Coordenadores Diocesanos de Pastoral do Regional Leste 2

PARÓQUIAS REVITALIZADAS À LUZ DE APARECIDA

Subsídio para buscar a revitalização das paróquias do Regional Leste 2
Minas Gerais e Espírito Santo



Belo Horizonte
CNBB Regional Leste 2
2013

© 2013, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Leste 2

Autores do texto

Pe. Manoel José de Godoy (Org.)

Coordenadores Diocesanos de Pastoral do Regional Leste 2

Revisão

Marciana Adelaide Ferreira

Projeto gráfico

Seth Comunicação

Capa e diagramação

Tiago Parreiras

Impressão e acabamento

Gráfica e Editoria O Lutador

Responsável pela publicação

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -Regional Leste 2

Av. João Pinheiro, 39 2º Andar | CEP 30130-180 | Belo Horizonte – MG

(31) 3224-2434 / 3224-0017 - secgeral@cnbbleste2.org.br

www.cnbbleste2.org.br

GODOY, Manoel José de (Org.). Paróquias Revitalizadas à luz de Aparecida: Subsídio para buscar a revitalização das paróquias do Regional Leste 2 - Minas Gerais e Espírito Santo. Belo Horizonte: CNBB Regional Leste 2, 2013. 56 p.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO: Revitalizar Paróquias: Desafios atuais	11
CAPÍTULO 1 : Renovação Paroquial	15
1.1 Renovação Paroquial no Plano Pastoral de Emergência	15
1.2 Paróquias e o Concílio Vaticano II	17
1.3 Base teológica para a constituição da paróquia à luz do Concílio Vaticano II	19
1.4 Propostas retomadas pelas Conferências Gerais do CELAM	21
CAPÍTULO 2: Estruturação Paroquial	23
2.1 Paróquia: estrutura rural adaptável a diversos contextos, inclusive o urbano?	23
2.2 A paróquia pode ser uma comunidade ou comunidade de comunidades?	24
2.3 Ensaios de paróquias como comunidade de comunidades ou rede de comunidades	27
2.4 Exemplo 1: Treze CEBs	27
2.5 Exemplo 2: Igreja de Goiânia	28
2.6 Exemplo 3: Movimento Comunitário Paroquial	29
2.7 Exemplo 4: CEBs capixabas	31
2.8 Mesclando exemplos	33

CAPÍTULO 3: Pistas Pastorais para a Revitalização das Paróquias	35
3.1 Primeira pista: Insistir na prática de uma Igreja de comunhão e participação	36
3.2 Segunda pista: Favorecer o surgimento de novas comunidades	37
3.3 Terceira pista: Atender às demandas que emergem da subjetividade, a partir de Jesus Cristo	38
3.4 Quarta pista: Avançar na construção de uma Igreja inculturada	39
3.5 Quinta pista: Prosseguir na missão de profetismo social da Igreja.	40
3.6 Sexta pista: Recuperar as raízes espirituais e místicas do cristianismo	41
3.7 Sétima pista: Investir na formação sistemática e de qualidade do laicato	42
3.8 Oitava Pista: Promover uma nova Pastoral com os olhos voltados para a cidade	43
3.9 Nona Pista: Dar atenção especial à dimensão ecumênica e ao diálogo inter-religioso.	45
3.10 Décima Pista: Buscar a conversão pastoral e renovação missionária das comunidades	46
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	51

APRESENTAÇÃO

Este subsídio “Paróquias Revitalizadas à luz de Aparecida”, do Regional Leste 2 (Minas Gerais e Espírito Santo) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, é fruto de uma grande contribuição do padre Manoel Godoy, com a participação das arquidioceses e dioceses, da Assembleia dos Bispos em novembro de 2012, em que também atuaram coordenadores de pastoral, representantes dos presbíteros, de leigos e leigas, bem como de aprofundamento posterior de coordenadores diocesanos de pastoral.

Ele se inspira no documento de Aparecida e na realidade de nossas Igrejas Particulares, com intuito de fornecer estímulos e conteúdo vitalizador para renovarmos nossas Paróquias, dando-lhes cunho eminentemente missionário. Dessa forma se pretende sair de uma ação paroquial de manutenção, ou predominantemente sacramentalista, para uma dinâmica eminentemente evangelizadora e missionária, promovendo-se mais a vida plena de Cristo para cada pessoa já inserida na comunidade ou dela afastada. A promoção da experiência de intimidade com Cristo leva a pessoa a ser-lhe verdadeiramente discípula e entusiasmada missionária junto ao ser humano de hoje, seja no mundo urbano, seja no rural. Para isso, a formação de comunidades bem estabelecidas e unidas é de grande importância.

Seus três capítulos apresentam de modo simples um caminho a se percorrer para uma verdadeira renovação paroquial. É um texto relativamente breve, mas de conteúdo consistente e prático, podendo ser de muita utilidade

a todas as nossas paróquias, comunidades, pastorais, movimentos, associações e organismos eclesiais. Todos somos chamados a fazer de cada Paróquia verdadeira rede de comunidades, vitalizadas com o seguimento à pessoa de Jesus, com o amor e a Palavra de Deus, em verdadeira comunhão eclesial, para sermos luz forte e promotores de vida digna para todos.

No Capítulo primeiro vêm lembrados os enfoques pastorais do Plano Pastoral de Emergência, do Concílio Vaticano II e das Conferências Gerais do CELAM.

O seguinte apresenta a Paróquia rural adaptável a vários contextos, bem como a Paróquia renovada com sua natureza de comunidade de comunidades. Para mostrar como isso é possível, são apresentados alguns exemplos já vividos por várias delas.

O terceiro mostra pistas para a revitalização paroquial no enfoque de Aparecida. São indicativas pertinentes para uma verdadeira renovação paroquial.

Este texto pode ser bastante estimulante para nossas Igrejas Particulares do Regional Leste 2 e de todas as suas Paróquias, com resultados muito positivos, se forem assumidos de verdade. A primeira e vital atitude para isso é a conversão pessoal para se ter o encantamento por Cristo e se assumir com entusiasmo sua missão, dentro da vocação de cada um de nós.

O Ressuscitado nos atraia cada vez mais para segui-Lo e anunciá-Lo também a todos, com suas ricas graças. A Mãe dele e nossa, a primeira discípula missionária, nos ampare com sua intercessão e nos estimule a imitá-la.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2013.

Dom José Alberto Moura, CSS

Arcebispo Metropolitano de Montes Claros e Presidente do Regional Leste 2

PREFÁCIO

“O Espírito Santo é o agente principal da evangelização”, assim escrevia o Papa Paulo VI na memorável Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*. Desde Pentecostes, podemos atestar esta verdade ao longo da história do mundo e da Igreja: santos e santas como Bento, Francisco, Domingos de Gusmão, Inácio de Loyola, Tereza de Ávila, Afonso de Liguori, João Bosco, Tereza de Calcutá, entre tantos, foram pautando a manifestação renovadora do Espírito. Podemos também entender o dedo dEle presente e provocando mudanças a partir de revoluções provindas do mundo, como a francesa e a marxista.

Nestes últimos tempos, porém, parece que o Espírito anda agitado e com pressa. Insiste em nos provocar e sacudir. Como não entender, assim, sua intervenção maravilhosa no Concílio Vaticano II, há 50 anos, e que ainda não foi absorvida em todo o seu potencial transformador? Como não perceber seu agir divino nas orientações permeadas de incêndio e profetismo expressas no Documento de Aparecida? Como não nos deixar comovidos com sua ação silenciosa e firme concretizada na humilde e consciente renúncia do Papa Bento XVI? Como não sentir que “os meus pensamentos não são os vossos pensamentos e vossos caminhos não são os meus” (Is 55, 8) na escolha de nosso Papa Francisco? O Espírito age sem cessar: “eis que faço novas todas as coisas” (Apoc 21, 6).

Com certeza, é também Ele que se manifesta em nosso Regional Leste 2 quando sua ação renovadora se traduz neste simples e provocador documento que traz o título: “Paróquias Revitalizadas à luz de Aparecida”. O que há de verdadeiramente novo neste fato? É a primeira vez que o nosso Regional concretiza sua comunhão pastoral traduzindo-a em um documento consistente, em resposta às orientações gerais das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. O mais bonito ainda é que o documento brota da reflexão dos bispos através dos coordenadores de pastoral de cada Igreja Particular. Comunhão e participação. Riqueza de experiências compartilhadas tendo como fundo as provocações de Aparecida. Sou testemunha da dedicação de nossos coordenadores nessa tarefa. Diálogo, escuta, aprofundamento, amor à Igreja. Ação do Espírito, não há dúvida.

Agora, temos um documento bem nosso. Reflete nossas realidades. Ele deve ser estudado com amor para que suas inspirações se tornem realidades revitalizadoras de nossas paróquias. Facilitará este trabalho a chegada simultânea do documento “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”, produzido pela 51ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Nosso Regional está de parabéns. Muito obrigado, coordenadores de pastoral! O Espírito age. Não nos fechemos às suas provocações desinstaladoras. Que Maria, que saudamos como Senhora da Piedade e Virgem da Penha, nos acompanhe nesse processo de renovação corajosa de nossas estruturas evangelizadoras.

Colatina, 1º de maio de 2013 - Festa de São José Operário
Dom Décio Sossai Zandonade
Bispo Diocesano de Colatina e Vice-presidente do Regional Leste 2

INTRODUÇÃO

REVITALIZAR AS PARÓQUIAS: DESAFIOS ÁTUAIS

1. Há muito tempo se fala em renovação da paróquia, o que pode sugerir não ser nada fácil essa missão.¹ Sobretudo no contexto urbano, no âmbito da pastoral urbana, muito se fala da falência do modelo paroquial. Tem-se a impressão de que a instituição católica, mesmo reconhecendo a defasagem do modelo paroquial no contexto urbano, não tem forças para tomar uma medida mais radical porque não conseguiu ainda articular um novo modelo de sustentação de seus projetos evangelizadores. Trata-se da questão da gestão paroquial, que registra bons exemplos onde funcionam de fato os conselhos econômicos, com participação laical. (CDC, cân. 537).
2. Há, porém, quem rechace qualquer possibilidade de renovação da mesma, alegando ser um problema estrutural histórico. O padre José Comblin, por exemplo, foi enfático ao fazer coro aos que não acreditam

¹ Esta versão traz inúmeras considerações novas em relação ao texto original publicado na Vida Pastoral.

no aproveitamento da estrutura paroquial para implementar um impulso novo na Igreja, visando sua missionariedade, como sugere o Documento de Aparecida (DAp.). “A Igreja mantém nas cidades a estrutura obsoleta da paróquia. O clero está sendo preparado para atuar dentro do quadro paroquial. Os próprios religiosos estão integrados em paróquias. Ora, estruturalmente, a paróquia é feita para conservar, ajudar, promover os que participam do culto, as pessoas que pertencem à pequena minoria dos que já estão no templo. A paróquia vive em função do templo, ainda que diga o contrário. Em lugar de preparar os cristãos para evangelizar a sociedade, ela se fecha sobre a minoria fiel às instituições do passado”. E quanto à dimensão missionária da paróquia constatava que “a paróquia não assume as fábricas nem os supermercados, nem as escolas, nem os colégios, nem as universidades, nem os hospitais, as instituições esportivas, culturais, de diversão, nem os meios de comunicação da cidade. Ela está organizada ao redor dos sacramentos e das festas litúrgicas. Nem sequer consegue organizar a catequese dos adultos, menos ainda sua formação missionária. Ela concentra as energias dos fiéis no próprio templo, em si própria. A Igreja está claramente a serviço de si própria. Não se pode negar as excelentes intenções de muitos párocos, toda a imaginação para fazer uma paróquia missionária. O problema é estrutural” (REB 2007)². Neste aspecto, o Documento de Aparecida também alerta para a necessária conversão pastoral, abandonando as estruturas caducas que não favorecem mais a evangelização (DAp 365).

2 Revista Eclesiástica Brasileira 265 (Janeiro 2007, p. 36-58).

3. Ciente dessas observações parece que até remamos contracorrente ao propor a transformação da paróquia numa perspectiva missionária. O que nos move é a certeza de que essa estrutura eclesial não se extinguirá em pouco tempo e também não acreditamos que ela se constitua no obstáculo maior para a renovação da Igreja. Por isso, passando rapidamente por alguns documentos da Igreja e pelas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, apresentamos algumas pistas pastorais já presentes em diversas paróquias espalhadas em nosso país, que muito têm contribuído para o dinamismo de nossa ação evangelizadora.

CAPÍTULO I

RENOVAÇÃO PAROQUIAL

1.1 Renovação Paroquial no Plano Pastoral de Emergência

4. Em 1962, às vésperas do Concílio Vaticano II, a Igreja no Brasil lançou um plano pastoral que visava responder aos desafios da época e apontava a renovação paroquial como primeira prioridade. “Sentimos a responsabilidade e a premência de fazer chegar a mensagem da Redenção aos homens de nosso tempo, trabalhamos por transformações profundas e decisivas. A paróquia, ponto de inserção dos homens na vida da Igreja e no mistério da salvação, constitui a base primeira e indispensável de nossa ação pastoral. Urge, pois, vitalizar e dinamizar nossas paróquias, tornando-as instrumentos aptos a responder à premência das circunstâncias e da realidade em que nos encontramos” (PE. p. 31)³. Apostava-se na capacidade de renovação da paróquia, com base em uma teologia fortemente voltada para a valorização da Igreja local e antecipando o tema do protagonismo laical (PE. p. 21).
5. Comparando com as propostas atuais de renovação pastoral, o Plano de Emergência, embora anterior à publicação dos documentos conciliares, continua sendo um ponto de referência significativo. Ele traz sete princípios básicos para a renovação paroquial. Vale a pena revisitá-los:

3 CNBB – Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. Coleção dos Documentos da CNNB, no. 76. São Paulo: Paulinas, 2004.

- 1° A diocese é a unidade fundamental da ação pastoral. Explicando esse princípio, o Plano de Emergência afirma que a diocese não é uma reunião de paróquias e que essas são as células orgânicas da diocese.
- 2° A paróquia deve ser, antes de tudo, uma comunidade de Igreja. Nessa perspectiva, o Plano de Emergência diz que a paróquia não é uma simples organização administrativa ou extensão territorial, mas uma célula orgânica da Igreja, parte viva do Corpo Místico de Cristo. Interessante é a aplicação que o Plano faz dos três múnus de Cristo à paróquia. “Como continuadora da missão de Cristo, a Igreja participa de sua tríplice missão: Profeta, Sacerdote e Rei. Como comunidade de Igreja, a paróquia, nessa perspectiva, constitui-se como: comunidade de fé, de culto e de caridade” (PE. p. 33-34).
- 3° Como comunidade de Igreja, a paróquia é fermento da comunidade humana. Aqui o Plano de Emergência explicita: A paróquia, por meio do seu presbítero, tem o dever de orientar, santificar e conscientizar os leigos para que construam uma civilização que realize o bem comum e se abra ao transcendente.
- 4° O presbítero é o líder da comunidade paroquial. É o mestre que ilumina, o sacerdote que santifica, o pastor que conduz suas ovelhas e dá a vida por elas.
- 5° O presbítero e os que com ele colaboram são educadores dos militantes leigos, engajados na construção da sociedade.
- 6° Os leigos devem ser membros da comunidade paroquial, com direitos e deveres e em pleno exercício do ministério que lhes cabem.
- 7° Os leigos assumirão a iniciativa e a plena responsabilidade das tarefas da construção do mundo novo e terão no pároco o educador que os orienta, santifica e dirige suas consciências na realização dessas tarefas que lhe são próprias e peculiares.

1.2 Paróquias e o Concílio Vaticano II

6. A eclesiologia desenvolvida no Concílio Vaticano II oferece uma moldura fantástica para qualquer tentativa de revitalização da paróquia, sobretudo se considerarmos a tratativa que nela mereceu a Igreja Particular ou Local. Portanto, refletir sobre a paróquia à luz do Concílio Vaticano II vai além das citações explícitas que essa eclesiologia faz (LG 28; SC 42; CD 30-32; PO 5, 6 e 8; AA 10). Adiante faremos uma aplicação concreta dessa eclesiologia por meio de pistas pastorais, resgatando também as perspectivas da Quinta Conferência do CELAM, realizada em Aparecida.

7. Aqui, cabe ressaltar apenas algumas referências explícitas sobre as paróquias. O Decreto que trata do apostolado dos leigos afirma: “A paróquia apresenta um exemplo luminoso do apostolado comunitário, congregando num todo as diversas diferenças humanas que encontra e inserindo-as na universalidade da Igreja” (AA 10). Este texto traz à tona uma das características fundamentais da paróquia: a unidade na diversidade, em vista do agir comunitário. Quando a paróquia realiza esse objetivo, torna-se, verdadeiramente, dinâmica e escola de comunhão, a partir de uma prática pastoral que congrega as mais diversas forças evangelizadoras presentes na paróquia. Muito significativa é a indicação que se segue a esse texto: “Habituem-se os leigos (sic) a trazer para a comunidade da Igreja os problemas próprios e do mundo e as questões relativas à salvação dos homens, para serem examinados e resolvidos por troca de consultas” (AA 10). Ora, essa perspectiva de abertura da comunidade eclesial aos problemas do cotidiano das pessoas é condição para que as paróquias sejam revitalizadas, pois todo fiel deve encontrar na sua paróquia acolhida e interesse por sua condição existencial. Um pouco mais adiante o texto

já aborda o difícil tema da territorialização paroquial, propondo que o mesmo seja flexibilizado em vista das necessidades que transcendem o território paroquial: “Para responderem às necessidades das cidades e das zonas rurais, mantenham sua cooperação não apenas limitada ao território da paróquia ou da diocese, mas façam o possível para estendê-la ao âmbito interparoquial, interdiocesano, nacional ou internacional, tanto mais que aumentando dia a dia a emigração das populações, a multiplicação dos mútuos liames e a facilidade dos meios de comunicação, já não permitem a nenhum grupo social permanecer fechado em si mesmo” (AA 10).

8. Já no primeiro Documento publicado no Concílio Vaticano II, a Constituição sobre a Liturgia – *Sacrosanctum Concilium* – vemos a preocupação dos Padres conciliares com a paróquia e sua profunda comunhão com a Igreja universal: “Como nem sempre e em todos os lugares o Bispo, em sua Igreja, pode estar pessoalmente à frente do rebanho todo, deve necessariamente organizar comunidades de fiéis. Entre elas sobressaem as paróquias, confiadas a um pastor local (o pároco), que as governe, fazendo as vezes do bispo: pois de algum modo eles representam a Igreja visível estabelecida por toda a terra” (SC 42).
9. Profundamente coerente com a eclesiologia presente na Constituição Dogmática sobre a Igreja – *Lumen Gentium* –, o Concílio aborda a função dos párocos na perspectiva dos três múnus da missão do Cristo confiados à Igreja: “No exercício desta cura os párocos com seus coadjutores cumpram o ofício de ensinar, santificar e reger de tal modo que os fiéis e as comunidades paroquiais se sintam realmente membros seja da diocese seja da Igreja universal” (CD 30). Desta forma, a paróquia abrange a totalidade da missão da Igreja, e concretiza essa totalidade por meio de suas inúmeras iniciativas evangelizadoras.

10. Os documentos do magistério que se seguiram ao Concílio Vaticano II sempre abordam o papel da paróquia nessa perspectiva de comunhão e participação. Destacam a centralidade da Eucaristia na vida paroquial⁴, a evangelização como sentido de sua existência⁵, a sua natureza missionária⁶, o meio eficaz da comunhão eclesial⁷, o local próprio da realização do autêntico ministério presbiteral⁸ e verdadeiramente uma comunidade de fiéis cristãos⁹.

1.3 Base teológica para a constituição da paróquia à luz do Concílio Vaticano II

11. Teologia da Igreja Particular: esta é a unidade fundamental da ação pastoral. Nela encontramos todos os elementos constitutivos da Igreja Universal. Como afirma Bruno Forte, a exemplo da partícula eucarística, que não contém uma parte do Cristo, mas o é na sua totalidade, a Igreja Particular ou Local também é a Igreja na sua plenitude. Claro que é também constitutivo da Igreja Particular a sua abertura para a comunhão com as outras Igrejas Locais e com a Igreja de Roma. Vejamos alguns pontos básicos para tal eclesiologia:

4 ANDRADE, Djalma Rodrigues. Reinventar a paróquia? Sonhar em tempo de incertezas. São Paulo: Loyola, 2006. Conferir nessa obra os capítulos de 4 a 6, onde o autor reflete sobre a importância da Eucaristia para a constituição da comunidade paroquial. Ele é categórico ao afirmar: “Não há como negar, a Eucaristia perdeu seu lugar de primazia pastoral. E isso desfigura as comunidades” (p. 51).

5 PAPA PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*.

6 PAPA JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*.

7 PAPA JOÃO PAULO II. *Christifideles Laici*, 26.

8 PAPA JOÃO PAULO II. *Ecclesia in America*, 41.

9 Código de Direito Canônico, cânones 515 2 204.

- a) Nela, o bispo é o pastor no qual se encontra e do qual dimana todo o encargo e toda a responsabilidade pastoral. Como afirmava o Plano de Emergência, o Bispo é o legítimo pastor de cada paróquia de sua diocese.
- b) Nela, os presbíteros são colaboradores da ordem episcopal. Alguém que participa do seu múnus pastoral. Portanto, não pode exercer seu ministério a título pessoal. É unicamente pelo Bispo, e na comunhão da Igreja Local, que o presbítero pode exercer seu ministério paroquial. Daí a necessária inserção na pastoral diocesana.
- c) A Paróquia como comunidade de Igreja: na perspectiva paulina, “Igreja” é um termo aplicado não só à Igreja Universal, mas também às comunidades locais. Estas representam e manifestam a Igreja Universal e participam de suas propriedades e qualidades. A paróquia pode até ser reduzida a simples organização administrativa ou mera extensão territorial, mas é célula orgânica da Igreja.
- d) A Paróquia, como comunidade de Igreja e continuadora da missão do Cristo, participa de sua tríplice missão: Profética, Sacerdotal e Real. Assim, é comunidade de fé: missão primeira – ministério da Palavra, cujo objetivo é fazer com que a fé tenha um assentimento da inteligência e favoreça o engajamento da pessoa na sua integralidade; comunidade de culto: de serviço divino, de louvor, de oração, tendo como centro a Eucaristia; comunidade de caridade: visando a superação de tudo o que divide e separa o ser humano, para a constituição da única família de Deus.
- e) Como comunidade de Igreja, a paróquia é fermento da comunidade humana. Certas funções como: organizar e dirigir atividades profissionais, culturais, econômicas, sociais e políticas, são assumidas em caráter supletivo, não próprias da Paróquia. É próprio dela: orientar, santificar e formar a consciência das pessoas para que construam uma civilização que favoreça da melhor maneira possível o bem comum, como sinal do Reino.

- f) O presbítero, como colaborador do bispo, é o seu primeiro responsável. Vive aí o tríplice múnus, em comunhão com a comunidade de batizados, em comunhão com a Igreja Local, dentro de um plano de conjunto. Precisa confiar nas possibilidades e potencialidades dos leigos, suscitando militâncias e líderes.
- g) Os leigos são, por seu caráter de batizados, membros da comunidade paroquial. Participam, a seu modo, também do tríplice múnus, configurando, assim, o sacerdócio comum dos fiéis.

1.4 Propostas retomadas pelas Conferências Gerais do CELAM.

12. Medellín, em 1968, acreditou na força das CEBs e pensou a paróquia a partir delas. Assim sendo, acreditou na possibilidade de fazer da paróquia “um conjunto pastoral vivificador e unificador das comunidades de base” (15,13). Para concretizar essa perspectiva, indicava: “A paróquia tem de descentralizar sua Pastoral no tocante a lugares, funções e pessoas, justamente para ‘congregar num todo as diversas diferenças humanas que encontra e inseri-las na universalidade da Igreja’ (idem e AA, 10).
13. Puebla, em 1979, definia a paróquia como “centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos; o lugar de encontro, de fraterna comunicação de pessoas e de bens, superando as limitações próprias às pequenas comunidades” (644). “Na paróquia se assume uma série de serviços que não estão ao alcance das comunidades menores, sobretudo, em nível missionário e na promoção da dignidade da pessoa humana, atingindo-se, assim, os migrantes mais ou menos estáveis, os marginalizados, os separados, os não-crentes e, em geral, os mais necessitados” (644).

14. Santo Domingo, em 1992, destacou a paróquia como comunidade de comunidades e movimentos, como comunhão orgânica e missionária, como rede de comunidades. Porém, afirmou que seu processo de renovação é lento em seus agentes de pastoral e na participação dos fiéis leigos (SD 58). Constatava também que havia uma defasagem entre o ritmo da vida moderna e os critérios que ordinariamente animam a paróquia (SD 59). Nesse prisma, propunha-se a renovação paroquial por meio de uma estruturação que favorecesse o surgimento de pequenas comunidades eclesiais, por mais responsabilização laical e maior dinamismo missionário (SD 60).

15. A Quinta Conferência também fez a opção de apostar na renovação paroquial como forma de agilizar a dimensão missionária da Igreja. Mesmo em meio a tantas críticas, o magistério eclesial continua a colocar suas esperanças nessa estrutura já milenar, definindo a paróquia como “células vivas da Igreja e lugares privilegiados em que a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e de sua Igreja” (DAp. 304).

CAPÍTULO 2

ESTRUTURAÇÃO PAROQUIAL

2.1 Paróquia: estrutura rural adaptável a diversos contextos, inclusive o urbano?

16. Ao longo desse tempo em que o Plano de Emergência e os Documentos conclusivos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano apostavam na renovação da paróquia, cresciam, no seio da Igreja, as mais variadas críticas à estrutura paroquial. A estruturação paroquial vem resistindo, porém, a inúmeros ataques e continua sendo a organização eclesial mais recorrente no seio da Igreja Católica. Costuma-se dizer que por ter nascido para resolver um problema de atendimento da população mais afastada do centro urbano, a paróquia carrega consigo um estigma de ruralidade que a impede de ter maior eficácia na cidade. Porém, na sua gênese constatamos que a paróquia, na realidade, nasceu no contexto urbano e se desenvolveu mais na zona rural depois do século IV, por necessidades pastorais da época.¹⁰ Por outro lado, constata-se, na verdade, uma variedade de organização paroquial tão grande que não se pode generalizar acerca de sua capacidade de responder ou não às demandas sócio religiosas atuais. Há vários intentos de transformá-la em rede de comunidades que têm se mostrado bastante eficazes e revelam a capacidade de a paróquia se adaptar muito bem no contexto urbano.

¹⁰ ALMEIDA, José Antônio. Paróquia, comunidades e pastoral urbana na quinta Conferência. São Paulo: Paulinas, 2012.

2.2 A paróquia pode ser uma comunidade ou comunidade de comunidades?

17. Padre Almeida, num viés sociológico, afirma categoricamente: “A paróquia não é uma comunidade”.¹¹ Partindo de algumas análises sociológicas que distinguem comunidade e sociedade, ele define comunidade como “uma associação vital e orgânica, fruto de uma vontade natural; surgiria da vontade de estar juntos de forma mais ou menos prolongada; teria as características de intimidade, confiança e partilha de vida e a sociedade como o resultado da soma de indivíduos que, unindo explicitamente suas vontades, continuariam independentes uns dos outros”. Daí ele conclui: “Enquanto a comunidade é natural, a sociedade é uma associação voluntariamente construída e com fins mais ou menos claramente determinados. A comunidade (feita de certa inclinação mútua, confiança, reciprocidade, doação, amor) vive do vital e afetivo; a sociedade, do racional e artificial”.
18. Já na esteira de Weber, Almeida discorre sobre os vários tipos de comunidade: a doméstica, a de vizinhança, a emocional, destacando que esta última “é de caráter religioso e tem em sua origem a pessoa de um profeta, que, se tiver sucesso em sua pregação, atrai discípulos que se ligam a ele por laços pessoais e que podem agrupar-se para uma atividade ocasional ou permanente”. Joaquín Perea afirma que “o termo e o conceito de comunidade é um dos pontos de encontro e de enfrentamento da sociologia com a eclesiologia”.¹²

¹¹ Idem, p. 18.

¹² PEREA, Joaquín. *Otra Iglesia es Possible*. Madrid: Ediciones HOAC, 2011, p. 267.

19. Porém, os documentos do Magistério insistem em referir-se à paróquia como comunidade de vida, de missão; como célula onde se concretiza a Igreja diocesana, a Igreja universal. Confira-se, por exemplo, a definição de paróquia presente no Código de Direito Canônico: “paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano” (can. 515, § 1). Também se afirma que sem comunidade não há cristianismo autêntico: “O redescobrimento da comunidade é da essência do ser cristão e do ser Igreja. O batizado nasce para Cristo e para a salvação na comunidade e a ela se agrega de modo ativo. Esta não é um acréscimo para o cristão, senão a forma e a condição de possibilidade do ser crente cristão. Pertence-se a Cristo pertencendo a uma comunidade eclesial de maneira afetiva e efetiva. Não há cristianismo individualista, nem por livre escolha”.¹³
20. Depois dessa posição firme, Perea ainda perfila alguns aspectos decorrentes de sua definição de comunidade: assume a realidade humana comunitária, mas não como decisão de um grupo de pessoas que resolvem se associar, ainda que seja de modo fraterno. Não. A comunidade cristã não nasce desde baixo, mas de Deus, que suscita o desejo e a necessidade nas pessoas de querer viver em comum. Por isso se pode dizer que na comunidade cristã se manifesta o mistério da Igreja e ela é “chamada a realizar em si mesma a totalidade da missão que a Igreja recebeu de Cristo: a continuação da obra salvífica, a colaboração na vinda do Reino”.¹⁴ Daqui decorrem algumas características inerentes às comunidades cristãs: a fé em Jesus Cristo, a experiência do Espírito

13 Ídem, p. 272.

14 PEREA, op. cit. p. 273

Santo, a fidelidade ao evangelho e compromisso com seu anúncio, a celebração da fé e a oração, a comunhão com as demais comunidades cristãs, a presidência do ministério ordenado, a corresponsabilidade, a catolicidade-missionária, comprometida no mundo.¹⁵ Fica, portanto, o desafio não só no prisma sociológico como também no teológico de tornar viável a paróquia como comunidade.

21. Após submeter o termo comunidade a uma consideração diacrônica, perpassando os diversos cenários de Igreja, desde a cristandade até a pós-modernidade, Almeida chega a uma caracterização de paróquia-comunidade num ‘modelo’ que ele denomina como “paróquia de mediação”. Neste, a comunidade “fascina, anima, motiva. Ganha ar de magia e condão de mágica. Mostra-se caminho e solução para tudo: para a evangelização, a catequese, a liturgia, a pastoral; para os carismas, serviços e ministérios; para leigos e leigas, ministros ordenados e vida consagrada; para a vida social e o processo econômico. Ao termo “paróquia” substitui-se, com a facilidade com que se muda um cartaz, a expressão “comunidade paroquial”. A paróquia tem que virar comunidade, mas, se isto não acontecer, tem que ter comunidades em seu interior e se transformar em rede de comunidades” (Almeida 45). E conclui: “Comunidade, porém, entrou de mansinho e parece que veio para ficar. Claro que há comunidade e comunidade – Comunidades Eclesiais de Base, pequenas comunidades, novas comunidades, comunidades cristãs ou simplesmente comunidades – mas o ideal de se seguir o ensinamento dos apóstolos, de se rezar em comum, de partir e repartir o pão, de ser um só coração e uma só alma, de eliminar a miséria e de se viver a pobreza, continua vivo e, um dia, ainda vai frutificar” (Almeida, 45).

15 PEREA, op. cit. p. 273-277.

2.3 Ensaio de paróquias como comunidade de comunidades ou rede de comunidades

22. O Documento de Aparecida diz: “Entre as comunidades eclesiais, nas quais vivem e se formam os discípulos e missionários de Jesus Cristo, sobressaem as Paróquias. São células vivas da Igreja e o lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e da comunhão eclesial. São chamadas a serem casas escolas de comunhão” (DAp. 170). Também: “A renovação das paróquias no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão” (DAp. 172).
23. Como entendemos a expressão “rede de comunidades”? Será apenas um meio de renovação paroquial, ou concretamente, novo modo de estruturar a Igreja? Para que uma área pastoral possa ser conhecida como rede de comunidades pode-se inspirar em exemplos reais.

2.4 Exemplo I: Treze CEBs

24. “A ocupação progressiva de terrenos na periferia de uma grande cidade deu origem a treze CEBs, que constituíram o que lá se chamava uma área pastoral. Embora socialmente homogêneas e frequentemente articuladas em movimentos sociais conjuntos, todas tinham grande autonomia nas suas atividades internas, sendo normalmente atendidas pelo padre da paróquia vizinha”¹⁶. Tomando

16 RIBEIRO de Oliveira, Pedro Antônio – “CEB: unidade estruturante de Igreja”, in “As Comunidades de Base em Questão”, Paulinas, São Paulo, 1997.

conhecimento dessa área pastoral, o bispo sugeriu que elas se constituíssem em paróquia. As lideranças ficaram com medo de a rede de treze comunidades se transformar em doze comunidades subordinadas a uma matriz. Propuseram então, ao bispo três condições:

- a) o padroeiro da paróquia seria diferente do padroeiro de cada comunidade
- b) não haveria igreja matriz, mas apenas um salão comunitário central, que continuaria sendo o local habitual para as reuniões, cursos e encontros das comunidades, e passaria a funcionar também como secretaria para os registros paroquiais,
- c) não haveria um pároco, mas uma equipe paroquial da qual faria parte um sacerdote nomeado pelo bispo”.¹⁷

2.5 Exemplo 2: Igreja de Goiânia

25. Outra experiência interessante é a da Igreja de Goiânia. “Em 1994, contava com quatro “redes de comunidades” na periferia da cidade e no vizinho município de Aparecida de Goiânia. Uma delas, a “rede de comunidades de São José Operário” contava com 18 comunidades, cada uma com seus dirigentes leigos. A serviço da rede havia um padre e três grupos de 4-5 religiosas cada um. Uma publicação sobre esta rede, depois de ter lembrado que cada rede tinha sua história e suas características próprias, listava as características comuns às quatro “redes”:

- a) Não têm a estrutura da paróquia (não existe uma igreja central ou matriz).

17 RIBEIRO de Oliveira, Pedro Antônio o. c. p.

- b) A rede é um conjunto de comunidades, cada uma coordenada por um conselho de leigos eleitos pela comunidade, enquanto a “rede” é servida no seu conjunto por alguns “agentes de pastoral”.
- c) É notável a presença de religiosas inseridas no meio dos pobres.
- d) A formação permanente dos leigos tem como base a realidade (a vida), a Bíblia e a experiência comunitária.
- e) Os novos ministérios surgem como resposta às necessidades das comunidades.
- f) Cada rede de comunidades cuida da comunicação e da ajuda mútua entre as comunidades.
- g) Estão presentes a consciência missionária, a acolhida aos missionários e a atividade missionária das comunidades.
- h) Todas as comunidades nasceram da preocupação com os pobres e da convicção (missionária) dos agentes de pastoral.¹⁸

2.6 Exemplo 3: Movimento Comunitário Paroquial

26. Desde há muito, lá nos primeiros anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II, teve início no seio de muitas paróquias, sobretudo das situadas nas periferias das grandes cidades, uma modalidade que podemos denominar “movimento comunitário paroquial”. Foram e são tentativas de tornar a paróquia mais humana, fraterna, incentivando grupos de cristãos a radicalizarem a vivência do evangelho no seguimento a Jesus, como também a multiplicação de várias comunidades no território paroquial, com forte ou fraca ligação

18 ANTONIAZZI A, Em uma série de artigos sobre a pastoral na cidade publicada no Jornal Opinião da Arquidiocese de Belo Horizonte.

com a chamada matriz. O teólogo basco, Joaquín Perea, oferece uma descrição bem apropriada destas comunidades. “As pequenas comunidades inseridas no âmbito paroquial se caracterizam por certa homogeneidade em sua composição social, majoritariamente de classe média ou média baixa. Movem-se no âmbito das relações interpessoais, da participação eclesial, da responsabilidade na educação da fé, da escuta da Palavra, da vivência e expressão da fé e do amor mútuo na comunidade, sobretudo, eucarística. Tentam guardar certo equilíbrio entre as dimensões intra-eclesiais e o compromisso no mundo. Mas este, falando em termos gerais, não se concretiza muito, é difuso e genérico, a dimensão sociopolítica da fé fica um tanto obscurecida, o testemunho é de caráter individual. Querem comprometer-se na evangelização da Igreja com certo grau de consciência crítica. Sua ação não é diretamente institucional, mas também não entram em conflito com a instituição.”¹⁹ Esse modelo depende muito do pároco, pois existem experiências de conflitos, em caso de presbíteros com mentalidade muito centralizadora.

27. Em todos os modelos, porém, uma variante intrigante permanece: a questão da territorialidade. “Na maioria dos casos, já agora a tradicional paróquia territorial não corresponde ao espaço vital das pessoas”, afirma o Cardeal Kasper.²⁰ “A crise da paróquia se manifesta de maneira especial conforme se faz mais convincente a impressão de que, na prática, a intensidade do compromisso e do autêntico testemunho cristão é mais significativa em agrupações de crentes não ligados ao território, como são os movimentos de apostolado de

19 PEREA, Joaquín. *Outra Iglesia es Possible*. Madrid: Ediciones HOAC, 2011, p.264.

20 KASPER, Cardeal Walter. *Servidores da Alegria – Existência Sacerdotal – Serviço Sacerdotal*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 119.

ambiente, as comunidades de base e outras experiências de vida cristã mais funcionais”, confirma Perea²¹. Este teólogo basco continua: “Se a pessoa humana se associa hoje não só pela vizinhança local, mas em razão de outras categorias, essas relações comunitárias podem constituir um pressuposto válido para a criação de grupos que se desenvolvem como focos que reforçam o sentido de responsabilidade evangelizadora de cada cristão. Realmente, na sociedade de nossos dias, uma pastoral baseada única e exclusivamente no princípio de territorialidade constituiria um sério perigo para o anúncio e credibilidade da mensagem.”²² Porém, o certo é que as pessoas precisam de um local referencial claro onde possam vivenciar a troca de experiências existenciais e de fé. Se esse local é determinado de forma imposta pode encontrar rechaço hoje, pois as pessoas querem se encontrar muito mais por motivos afetivos e emocionais. A questão do critério territorial para a ereção das comunidades paroquiais ainda está longe de uma real solução.

2.7 Exemplo 4: CEBs capixabas

28. Para as (arqui)dioceses do Estado do Espírito Santo, CEBs são uma maneira da Igreja se estruturar. É um novo jeito de ser Igreja. São comunidades que agrupam pessoas e buscam a comunhão com Deus no seguimento a Jesus Cristo. São eclesiais, estão em íntima comunhão com a Igreja. Sua vida e missão acontecem sob o pastoreio do bispo diocesano auxiliado por seu presbitério. Estão em comunhão com a Igreja Local. São de base porque se organizam a partir do espaço geográfico onde o povo se encontra, acolhendo todos sem

21 PEREA, op. cit. p. 287-288.

22 PEREA, op. cit. p. 288.

discriminação. Nas CEBs temos um forte componente de participação popular. O protagonismo dos leigos (as) é valorizado. Os conselhos planejam, executam e avaliam a vida pastoral.

29. A Igreja que vive a espiritualidade das CEBs é comprometida com a realidade. A partir da fé em Nosso Senhor Jesus Cristo busca se aproximar da realidade sócio-político-econômica. Na luta pela superação dos sinais de morte, membros das comunidades se organizam em pastorais e são motivados a participarem de sindicatos, “associações”, conselhos municipais e partidos políticos. O testemunho autêntico de seguimento de Jesus Cristo, Crucificado-ressuscitado, levou alguns membros de nossas comunidades a abraçarem o martírio.

Sistematicamente as CEBs capixabas se organizam assim:

- a) As paróquias se organizam em redes de comunidades.
- b) Cada comunidade tem vida própria (conselho, ministérios, celebração dominical, catequese, etc.).
- c) Nas comunidades existem os grupos de reflexão ou círculos bíblicos que se reúnem em famílias.
- d) O dízimo é administrado pelos leigos na própria comunidade e dividido em parte para financiar as estruturas da comunidade, fundo paroquial e diocesano.
- e) As celebrações dominicais, mesmo na ausência do presbítero, acontecem na forma de celebração da Palavra, com e sem distribuição da Sagrada Eucaristia, sendo animadas e presididas pelos leigos.
- f) A instância de decisão é o Conselho de Pastoral Comunitário. Representantes desses conselhos compõem o Conselho Pastoral Paroquial.

- g) Em todas as paróquias existe o Conselho para assuntos econômicos.
- h) Para a evangelização contamos com: presbíteros, diáconos, religiosas (os), testemunhas qualificadas para o matrimônio, ministros do batismo e outros ministérios.
- i) Uma das forças vivas da Igreja é o grande contingente de mulheres que assumem os diversos ministérios e serviços nas CEBs.

30. Resumindo, no Espírito Santo, as CEB's são o próprio modo da Igreja se estruturar. Não é algo diferente da organização normal das paróquias, pois as mesmas são articuladas em comunidades de comunidades.

2.8 Mesclando exemplos

- 31. Há quem afirme que, depois de alguns anos de experiência, se sente a necessidade de mesclar modelos: sem abandonar o espírito de rede de comunidades, haver sim um centro de referência para todas elas, sem, contudo, transformar esse centro em matriz. Isso pode ser conquistado descentralizando as funções. Por exemplo, pároco morando próximo de uma das comunidades; a secretaria em outra e o centro de referência em outra.
- 32. Os exemplos supracitados foram seguidos, com adaptações, em algumas áreas pastorais da Arquidiocese de Belo Horizonte como: Paróquia Cristo Luz dos Povos, no bairro Cabana; Paróquia Jesus Missionário, no bairro Vista Alegre; Paróquia São Paulo Apóstolo, no bairro Tijucu, em Esmeraldas; Paróquia Jesus Operário, em Contagem.
- 33. Segundo o padre Antoniazzi, é preciso perceber se a metrópole é de fato o espaço próprio para rede de comunidades. Pensa ele que ao invés

da rede de comunidades, possa se pensar numa rede de comunicação²³. Uma vez que o determinante para os moradores das cidades não é tanto o espaço geográfico, mas muito mais as relações, uma rede de comunicação poderia ser mais eficaz para a ação evangelizadora. Neste caso, a igreja deveria cuidar melhor para que a Palavra de Deus alcançasse os fiéis em seu próprio ambiente, servindo-se dos mais variados meios de comunicação atuais (TV, rádio, CD, impressos, internet etc). De fato, hoje é preciso ampliar e investir nas redes sociais, pois uma grande parcela dos jovens, sobretudo, não frequentam mais as comunidades eclesiais, mas passam horas e horas frente aos mais variados meios virtuais, onde procuram sentido para suas vidas²⁴.

34. Há, porém, cuidados a serem tomados. No caso do investimento na rede de comunidades, ficar atento às simulações: podem-se mudar os nomes sem alterar a realidade. A paróquia pode vir a se chamar comunidade de comunidades; a matriz, comunidade paroquial; as capelas, comunidades, sem, no entanto, nada acontecer de novo no campo das relações entre os leigos e destes com o clero. No caso das redes de comunicação, não se contentar meramente com a evangelização virtual, pois nada substitui a presença da pessoa para que o relacionamento humano gere novas formas de convivência, mais condizentes com o Evangelho.

23 Cf. CERIS, o. c. p. 264.

24 SBARDELOTTO, Moisés. *E o Verbo se fez bit*. São Paulo: Santuário, 2012.

CAPÍTULO 3

PISTAS PASTORAIS PARA A REVITALIZAÇÃO DAS PARÓQUIAS

35. Sem desconsiderar que a unidade básica pastoral é a diocese e não a paróquia, o que se constata de fato é a paróquia ocupando o espaço real de concretização das iniciativas eclesiais. Nossas sugestões para a implementação das conclusões de Aparecida nas paróquias dão por suposto que elas devem trabalhar em comunhão entre si, sob guia de um bispo, tornando presentes todos os elementos da eclesialidade necessários para que possam significar verdadeiramente uma comunidade eclesial.
36. As pistas que vêm a seguir podem ser agrupadas também tendo em conta as cinco urgências presentes nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015:
- a) Igreja em estado permanente de missão;
 - b) Igreja: casa de iniciação à vida cristã;
 - c) Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral;
 - d) Igreja: comunidade de comunidades;
 - e) Igreja a serviço da vida plena para todos.
37. Vejamos, pois, algumas pistas de orientação pastoral para que a paróquia possa ser revitalizada no espírito de Aparecida. Desdobramos em práticas pastorais a serem reforçadas depois de cada indicação pastoral que o Documento de Aparecida nos apresenta.

3.1 Primeira pista:

Insistir na prática de uma Igreja de comunhão e participação

“A dimensão comunitária é intrínseca ao mistério e à realidade da Igreja que deve refletir a Santíssima Trindade. Essa dimensão especial tem sido vivida de diversas maneiras ao longo dos séculos. A Igreja é comunhão. As paróquias são células vivas da Igreja e lugares privilegiados em que a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e de sua Igreja. (sic). As paróquias oferecem espaço comunitário para se formar na fé e crescer comunitariamente” (DAp. 304).

Favorecer uma estruturação paroquial baseada em um trabalho de equipe, em perspectiva “sinodal” (*syn-odos*: caminhar juntos). Fortalecer os Conselhos Pastorais Paroquiais (CPP) como instrumento de participação efetiva das forças vivas da paróquia nas decisões. Desencadear processos de planejamento e produzir planos de pastoral verdadeiramente eficazes. Desta forma, a paróquia passa a ser realmente célula viva da Igreja. Essa proposta, além de ter respaldo bíblico-teológico, responde melhor à exigência da modernidade, onde todo sujeito aspira poder decidir seu destino. É um ideal que tem uma múltipla legitimação teológica e espiritual:

- a) Tem base nos textos neotestamentários;
- b) Segue a prática eclesial dos primeiros cristãos;
- c) Foi a prática normativa e normal de toda a Igreja Antiga;
- d) Tem atrás de si o melhor do Vaticano II;
- e) É também o modelo mais adequado para os tempos modernos, sensíveis aos anseios de liberdade e participação;
- f) Favorece a emergência e melhor aproveitamento de carismas e ministérios.

3.2 Segunda pista:

Favorecer o surgimento de novas comunidades

“As comunidades eclesiais de base, no seguimento missionário de Jesus, têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e a orientação de seus pastores como guia que assegura a comunhão eclesial. Demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente de vários serviços e ministérios a favor da vida na sociedade e na Igreja” (DAp. 179).

- a) A multiplicação de novas comunidades se constitui numa forma concreta de viabilizar a paróquia na perspectiva de uma Igreja mais participativa;
- b) Comunidades pensadas em forma de rede, onde se leva em conta que as pessoas, no mundo urbano, tecem relações em diversos âmbitos com uma multiplicidade de outras pessoas, lugares, funções e serviços, inclusive na Igreja;
- c) Flexibiliza o critério geográfico na organização dessas comunidades, pois elas não se apoiam mais somente sobre a vizinhança ou a tradição, mas sobre a escolha pessoal, os interesses afetivos e de ordem subjetiva;
- d) As Comunidades Eclesiais de Base têm mais chance de manter vivas a amizade e a comunicação entre as pessoas, o sentimento de ser bem acolhido e o gosto de participar;
- e) Elas favorecem a valorização dos carismas e aptidões de cada um.

3.3 Terceira pista:

Atender às demandas que emergem da subjetividade, a partir de Jesus Cristo

“A cultura atual apresenta muitas e sucessivas mudanças, provocadas por novos conhecimentos e descobrimentos da ciência e da tecnologia. Assim se desvanece uma única imagem do mundo que oferecia orientação para a vida cristã. Recai, portanto, sobre o indivíduo toda a responsabilidade de construir sua personalidade e plasmar sua identidade social. Assim temos, por um lado, a emergência da subjetividade, do respeito à dignidade e à liberdade de cada um, sem dúvida uma importante conquista da humanidade” (DAP. 479).

- a) Faz-se urgente uma atenção muito grande às pessoas: um atendimento personalizado, que procure ajudar a pessoa a discernir sua vocação, seus carismas, suas responsabilidades no momento e lugar em que vive; que procure orientar os cuidados pastorais para as exigências específicas de cada um, aqui podendo-se falar de “pastoral-centrada-na-pessoa”, em lugar da pastoral “centrada-na-instituição”;
- b) Nesta perspectiva, abrir-se-ão também espaços aos novos sujeitos eclesiais, sobretudo os pobres e organizações e movimentos de seu interesse; também se levarão em conta outros sujeitos que se sentem à margem da instituição, tais como casais em situações especiais, padres casados, homossexuais e outros, promovendo uma verdadeira pastoral de inclusão e diluindo o clericalismo que insiste em se manter vivo na estrutura eclesial;
- c) As dimensões “acolhida”, “escuta” e “visita” são fundamentais para que os leigos se sintam verdadeiramente valorizados e levados em conta na totalidade do processo evangelizador;

d) Por outro lado, é preciso cuidar do aspecto coletivo: a pastoral não pode reduzir-se a serviços individuais e espontâneos e os cristãos têm a missão de despertar nos homens e mulheres o gosto pela partilha de vida e de destino. Um cuidado eficaz das questões subjetivas das pessoas deve levá-las a descobrir os valores da vida em comum.

3.4 Quarta pista:

Avançar na construção de uma Igreja inculturada

“Com a inculturação da fé, a Igreja se enriquece com novas expressões e valores, manifestando e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo, conseguindo unir mais a fé à vida e contribuindo, assim, para uma catolicidade mais plena, não só geográfica, mas também cultural” (DAp. 479).

- a) Valorizar os grupos específicos, segundo a etnia, a classe social, a procedência etc., respeitando as diversas faces da multiforme cultura latino-americana: indígenas, afro-brasileiras e populares.
- b) Tornar a Igreja mais leve e mais aberta à dimensão missionária, não só à missão estruturada, mas também àquelas ações que fazem os cristãos irem ao encontro das pessoas onde elas estão, nos bairros, ambientes sociais, lugares de trabalho, de estudo, de lazer.
- c) Incentivar especialmente às Santas Missões Populares (SMP), que propiciam ampla participação popular e levam em conta a realidade do povo, tratado como verdadeiro sujeito da ação evangelizadora.

3.5 Quinta pista:

Prosseguir na missão de profetismo social da Igreja.

“Dentro da ampla preocupação pela dignidade humana, situa-se nossa angústia pelos milhões de latino-americanos e latino-americanas que não podem levar uma vida que responda a essa dignidade. A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (DAp. 391).

- a) Num mundo globalizado que exclui uma massa significativa de pessoas, devemos expressar a fidelidade ao Evangelho através da opção clara e transparente pelos pobres e excluídos como sujeitos e não como objetos da ação evangelizadora.
- b) Pensar na pastoral do futuro que cuide com verdadeiro empenho dos excluídos, dos marginalizados, dos “feridos” da sociedade, aproximando o homem da civilização tecnológica da redescoberta de si mesmo, de sua dignidade, de sua filiação divina, dos grandes valores humanos.
- c) Na perspectiva da Carta da Terra, a missão profética da Igreja ganha um sentido muito real e urgente na defesa do ecossistema, gritando contra tudo o que debilita a sustentabilidade da biodiversidade planetária (cf. DAp. 474).
- d) Apoio efetivo às pastorais sociais entendidas como “presença solidária da Igreja junto às pessoas e situações onde a dignidade e a vida são negadas ou ameaçadas; elas promovem abertura e diálogo com a sociedade, considerando-se uma atitude essencial para o trabalho missionário e pastoral de toda a Igreja; são vozes proféticas do Reino de Deus” (DGAE 2012-2015).

3.6 Sexta pista:

Recuperar as raízes espirituais e místicas do cristianismo

“Manifesta-se, como reação ao materialismo, uma busca de espiritualidade, de oração e de mística que expressa fome e sede de Deus” (DAP. 99g).

Faz-se urgente desencadear ações concretas de modo a repor a reserva de sentido para a vida e prática dos cristãos no mundo, livrando-os das tendências fundamentalistas.

- a) Ajudar o povo cristão a encontrar as referências autênticas de sua experiência religiosa, guiada pela graça de Deus: na Palavra da Sagrada Escritura, especialmente no evangelho de Jesus; na celebração da Liturgia eucarística e dos outros sacramentos; na relação de comunhão com a Igreja e de solidariedade com os pobres (Ecclesia in America,12).
- b) Valorizar a presença da Vida Consagrada masculina e feminina como expressão da multiforme graça de Deus presente na variedade de carismas que o Espírito suscita na Igreja.
- c) Reativar a experiência cristã originária, por meio do cultivo de novas formas de espiritualidade: mais quotidiana, mais acessível, mais personalizada, mais dialogante. Em suma, uma espiritualidade mais holística (psíquica, somática, ecológica, etc.);
- d) Recolocar o compromisso social a partir da mística e da espiritualidade cristãs;
- e) Rever a ecclesiologia em função da mística e da espiritualidade;
- f) Redescobrir a dimensão mística da Igreja;
- g) Aprofundar a dimensão comunitária a partir da comunhão trinitária;

- h) Voltar às fontes litúrgicas para dar nova vida às celebrações, sem cair nas superficialidades estéreis;
- i) Flexibilizar e “aliviar” as estruturas eclesiais – transparência mediacional – (cf. DAp. 365-372).

3.7 Sétima pista:

Investir na formação sistemática e de qualidade do laicato

“Para cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de uma sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual e um adequado acompanhamento para darem testemunho de Cristo e dos valores do reino no âmbito da vida social, econômica, política e cultural” (DAp. 212).

- a) No mundo pluralista e difuso da religiosidade atual, urge traduzir a devida atenção às pessoas em programas permanentes e amplos de formação, que por sua vez habilitem leigos e leigos católicos a serem evangelizadores, apóstolos;
- b) Favorecer a formação sistemática e de qualidade aos leigos e incentivar diversas iniciativas formativas, inclusive à distância;
- c) Dar atenção especial à questão de gênero: considerando a teologia do batismo que supera as discriminações de raça, de gênero e sociais (Gl 3,27-28), favorecer o estudo sistemático da teologia e pastoral às mulheres;
- d) Estimular a organização da pastoral de maneira que ajude a descobrir e desenvolver em cada mulher e nos âmbitos eclesiais e sociais o gênero feminino e promova o mais amplo protagonismo das mulheres;
- e) Garantir a efetiva presença da mulher nos ministérios que, na Igreja, são confiados aos leigos, assim como também nas instâncias de planejamento e decisão pastorais, valorizando sua contribuição;

- f) Acompanhar as associações femininas que lutam para superar situações difíceis, de vulnerabilidade ou de exclusão (cf. DAp. 458);
- g) Incentivar a pastoral da juventude nos seus processos de educação e amadurecimento na fé como resposta de sentido e orientação da vida e garantia de compromisso missionário (cf. DAp. 446, d);
- h) Formar catequistas, capazes de promover e acompanhar a iniciação e a reiniciação da vida cristã, com olhar especial para os adultos;
- i) Favorecer a ampla participação dos homens e pais de família na Igreja, por meio de atividades pastorais específicas (cf. DAp. 463) e também como diáconos permanentes.

3.8 Oitava Pista:

Promover uma nova Pastoral com os olhos voltados para a cidade

“A Quinta Conferência propõe e recomenda uma nova pastoral urbana que promova a presença da Igreja, por meio de novas paróquias e capelas, comunidades cristãs e centros de pastoral, nas novas concentrações humanas que crescem aceleradamente nas periferias urbanas das grandes cidades devido às migrações internas e situações de exclusão” (DAp. 517k)

- a) A cidade é um todo complexo e fragmentado, onde qualquer tentativa de controle muito rígido está fadado ao fracasso. O que se pode fazer é procurar integrar as iniciativas que surgem anarquicamente, num conjunto pluralista harmonizado.
- b) Na cidade, a Igreja deve procurar conciliar a autonomia necessária de cada grupo com a conciliação dos programas dos mesmos, evitando o centralismo.

- c) Quando na cidade há mais de uma paróquia, articular a assistência conjunta para serviços, tais como: encarcerados, universitários, enfermos nos hospitais, operários, moradores de rua e outros;
- d) Favorecer uma organização mais articulada, envolvendo a cooperação de um maior número de pessoas especializadas nas tarefas exigidas pela presença pública da Igreja, que precisa de:
- Qualificar a comunicação para evangelizar e promover a cultura.
 - Comunicadores para comunicar sua mensagem pela *mídia*.
 - Economistas para discutir as políticas econômicas de interesse do povo.
 - Políticos cristãos para traduzir em ato as políticas que visem ao bem-estar de todos.
 - Teólogos que saibam dialogar com os intelectuais, cientistas e promotores da opinião pública.
 - Um corpo presbiteral que, unido e em diálogo com o laicato, formule as diretrizes da presença da Igreja na cidade, nos grandes problemas humanos, até nos problemas internacionais que a globalização traz até nós (por ex., a dívida externa dos países pobres, problemas ecológicos, migração, etc).
 - Incentivar espaços de reflexão, diálogo, cultura e espiritualidade.

3.9 Nona Pista:

Dar atenção especial à dimensão ecumênica e ao diálogo inter-religioso.

“A compreensão e a prática da eclesiologia de comunhão nos conduz ao diálogo ecumênico. A relação com os irmãos e irmãs batizados de outras Igrejas e comunidades eclesiais é um caminho irrenunciável para o discípulo e missionário, pois a falta de unidade representa um escândalo, um pecado e um atraso do cumprimento do desejo de Cristo: ‘para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste’” (Jo 17,21) (Dap. 227).

Cresce, cada vez mais, a consciência de que a Igreja dividida não corresponde ao projeto de Jesus Cristo. Por isso mesmo, o ecumenismo não é apenas uma atividade da Igreja, mas pertence ao seu próprio ser.

- a) O ecumenismo não se reduz ao diálogo. É mais do que diálogo. Ele é um movimento de busca da unidade perdida. Diálogos, comissões ecumênicas de teologia, celebrações ecumênicas e outras atividades, são meios. Porém, o ecumenismo supõe a conversão pela ação do Espírito, pois não existe verdadeiro ecumenismo sem conversão interior. E, quanto mais fiel ao Evangelho, mais a comunidade cristã alimenta o anseio pela unidade.
- b) O verdadeiro diálogo e cooperação entre as Igrejas cristãs e outras tradições religiosas torna-se sempre mais urgente para a construção de um mundo de solidariedade e de paz.

3.10 Décima Pista:

Buscar a conversão pastoral e renovação missionária das comunidades

“Esta firme decisão missionária deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos pastorais de dioceses, paróquias, comunidades religiosas, movimentos e de qualquer instituição da Igreja. Nenhuma comunidade deve se isentar de entrar decididamente, com todas as suas forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé. A conversão pessoal desperta a capacidade de submeter tudo a serviço da instauração do reino da vida. Os bispos, presbíteros, diáconos permanentes, consagrados e consagradas, leigos e leigas, são chamados a assumir uma atitude de permanente conversão pastoral, que envolve escutar com atenção e discernir ‘o que o Espírito está dizendo às Igrejas’ (Ap 2,29) através dos sinais dos tempos nos quais Deus se manifesta” (DAp. 365-366).

Todo esse processo de renovação das paróquias à luz do Documento de Aparecida deve ser implementado levando em conta que a Quinta Conferência, com seu forte acento no discipulado e missionariedade, ousou afirmar que é preciso abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favorecem a transmissão da fé e assumir decisivamente a renovação missionária de toda a Igreja. O Documento de Aparecida não deixa claro, porém, quais sejam as estruturas ultrapassadas, deixando aos pastoralistas o discernimento prático nas suas áreas pastorais.

Deixando de lado as controvérsias que envolvem o tema da renovação paroquial, o Documento de Aparecida acredita na capacidade de recuperação dessa organização eclesial em novos moldes: mais abertas, mais dinâmicas e mais missionárias (cf. DAp. 171-173).

CONCLUSÃO

38. O Documento de Aparecida apresenta uma espécie de itinerário de formação dos discípulos-missionários e aponta as paróquias como seu centro vital: “são células vivas da Igreja e o lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e a comunhão eclesial” (DAp. 170). Esse itinerário se compõe de quatro eixos fundamentais para a renovação das paróquias:

- a) Espaço de encontro com Jesus Cristo: que elas favoreçam realmente o encontro pessoal dos homens e mulheres com Jesus Cristo;
- b) Espaço de comunhão: que se tornem comunidades de comunhão, avocendo a convivência a comunhão eclesial aconteça e se constitua em espaço de verificação da autenticidade da experiência do encontro pessoal com Jesus Cristo;
- c) Espaço de formação: que ofereçam condições de aprofundamento da fé, por meio de um sólido conhecimento da Palavra de Deus e dos conteúdos da fé;
- d) Espaço de desenvolvimento da missão: que tenham coragem de sair ao encontro dos afastados e de evangelizar todos os ambientes que se tornaram indiferentes à mensagem evangélica (Cf. DAp. 226).

39. Porém, para que essa perspectiva das conclusões de Aparecida possa se concretizar é preciso dar passos concretos, pois sem estes não há renovação paroquial. E é nessa ótica que o missiologista Paulo Suess,

no seu livro “Dicionário de Aparecida”, publicado pela Paulus, chega a afirmar que “a proposta de renovar as estruturas das paróquias sem encaminhar mudanças concretas condena muitas propostas de Aparecida ao fracasso” (Suess, p. 100). E ele destaca algumas dessas mudanças presentes no Documento de Aparecida que são fundamentais para que a renovação paroquial aconteça:

- a) que se leve em conta, nesse processo, a extensão territorial, a pobreza, a violência, a distribuição desigual dos presbíteros na Igreja deste continente (DAp. 197);
- b) que se agilize sua descentralização, criando setores (DAp. 372, 517k, 518);
- c) sua desburocratização (DAp. 203);
- d) que se promova a multiplicação de ministros qualificados (DAp. 513, 517, 518);
- e) que se supere a pastoral da manutenção e se tornem centros de irradiação missionária (DAp. 306).

40. Em 1962, por meio do Plano de Emergência, apostava-se na renovação paroquial e em todas as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano renovavam-se as esperanças no surgimento de paróquias novas. Em 2007, com o Documento de Aparecida, volta-se a acreditar na capacidade das paróquias de se adaptarem às exigências conjunturais, transformando-se em verdadeiros centros de irradiação missionária. Nessa perspectiva, vale a pena tomar em conta a proposta do Cardeal Walter Kasper, que sugere o modelo de paróquias-pólo. Como ele diz, “basicamente se tratarão de paróquias centrais, mas também poderiam ser conventos, casas religiosas, santuários ou outros centros pastorais”. Centradas na Eucaristia, essas paróquias-pólo teriam “em

primeira linha uma rica vida cultural: além da celebração comum da eucaristia, celebração das vésperas, missas tendo em vista grupos específicos como as famílias, as crianças, os jovens, e também os idosos. Além disso, deveriam ser oferecidas oportunidade de confissão e aconselhamento espiritual, catequese e formação para adultos, ser intermediada assistência social-caritativa e ser possibilitada a vivência da comunidade católica mais ampla”²⁵. Na verdade, Kasper propõe que algumas paróquias na cidade, na diocese, se transformem mesmo em centros de espiritualidade referenciais a todos os cidadãos que buscam o sentido mais profundo para suas vidas.

41. Há quem diga que as paróquias não nasceram para ser missionárias, e aí se encontra o grande obstáculo para sua renovação. Como já se demonstraram capazes de tantas transformações, e levando em conta que são capazes de assumir os pontos iluminadores supracitados, por que não apostar nelas uma vez mais?

25 KASPER, Cardeal Walter. *Servidores da Alegria – Existência Sacerdotal – Serviço Sacerdotal*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 119.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Antônio. Paróquia, comunidades e pastoral urbana na Quinta Conferência. São Paulo: Paulinas, 2012.

ANDRADE, Joaquim Djalma. Reinventar a Paróquia? Sonhar em tempo de incertezas. São Paulo: Loyola, 2006.

CNBB, Documentos da CNBB 94: Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015. Brasília: Edições CNBB, 2011.

CREUTZ, Ivo José. A Paróquia: lugar privilegiado da pastoral da Igreja. São Paulo: Loyola, 1989.

KASPER, Cardeal Walter. Servidores da Alegria – Existência Sacerdotal – Serviço Sacerdotal. São Paulo: Loyola, 2008.

MERLOS A. Francisco. Pastoral del Futuro – Tensiones y Esperanzas. México: Palabras Ediciones, 2002.

NAVARRO, Alfonso. Diocese em Missão Pastoral Integral. São José dos Campos: Edições Com Deus, sem data.

PAYÁ, Miguel. A Paróquia, comunidade evangelizadora. São Paulo: Ave Maria, 2005.

PEREA, Joaquín. Otra Iglesia es Possible. Madrid: Ediciones HOAC, 2011.

SUESS, Paulo. Dicionário de Aparecida – 40 palavras-chaves para uma leitura pastoral do Documento de Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. Paróquia e Comunidade no Brasil – Perspectiva Histórica. São Paulo: Paulus, 1997.

COLEÇÃO GESTÃO PAROQUIAL DA EDITORA VOZES:

JOSÉ CARLOS PEREIRA

- Assembléia Paroquial: roteiro de preparação e realização
- Projeto Paroquial: Orientações para implantação de uma evangelização permanente
- Atendimento Paroquial: Guia prático para secretárias (os), padres e demais agentes de pastoral
- Manual da secretaria paroquial: Ferramentas para a administração paroquial
- Captação de recursos na estrutura paroquial: sugestões, possibilidades e implicações.
- Conselhos paroquiais: instrumento de gestão participativa na vida da paróquia

LUIZ ROGÉRIO NOGUEIRA

- Administração paroquial – Procedimentos administrativos e financeiros para paróquias e capelas.
- Secretaria paroquial: um manual prático.
- Gestão administrativa e financeira eclesialística.
- Acolher para evangelizar.

ADAÍLTON ALTOÉ

- Organização paroquial: conselhos, equipes e serviços pastorais.

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO:

1. Compêndio do Vaticano II.
2. *Ecclesia in America* – Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Papa João Paulo II.
3. *Evangelii Nuntiandi* – Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Papa Paulo VI.
4. *Christifideles Laici* – Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Papa João Paulo II.
5. Documento de Medellín.
6. Documento de Puebla.
7. Documento de Santo Domingo.
8. Documento de Aparecida.
9. Plano Pastoral de Emergência da CNBB.



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -Regional Leste 2
Av. João Pinheiro, 39 2º Andar | CEP 30130-180 | Belo Horizonte – MG
(31) 3224-2434 / 3224-0017 - secgeral@cnbbleste2.org.br
www.cnbbleste2.org.br

*Impresso em papel Reciclato 90 gr. com certificação florestal.
A madeira utilizada na fabricação deste papel origina-se de processo ecologicamente correto,
socialmente justo e economicamente viável, de acordo com a legislação vigente.*

*Printed in Reciclato paper 90 g. with forest certification.
The wood used to manufacture this paper comes from an environmentally friendly, socially fair,
and economically feasible process, according to legislation in force.*